



Número: **0822890-12.2019.8.20.5106**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **6ª Vara Cível da Comarca de Mossoró**

Última distribuição : **06/02/2020**

Valor da causa: **R\$ 13.000,00**

Assuntos: **Acidente de Trânsito, Seguro obrigatório - DPVAT**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
CARLOS ROGERIO PEREIRA (AUTOR)		GRACIETE LIRA DE MESQUITA (ADVOGADO)	
SEGURADORA DPVAT (RÉU)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
52107872	27/12/2019 10:39	Procuração	Procuração
52107873	27/12/2019 10:39	PROCURAÇÃO - CARLOS ROGÉRIO PEREIRA	Procuração
52107874	27/12/2019 10:42	Comunicações	Comunicações
52107876	27/12/2019 10:42	Declaração de Pobreza- Carlos	Outros documentos
52107877	27/12/2019 10:44	Comunicações	Comunicações
52108480	27/12/2019 10:44	Comprovante ADM Carlos	Outros documentos
52108481	27/12/2019 10:46	Comunicações	Comunicações
52108482	27/12/2019 10:46	BO carlos rogerio pereira	Outros documentos
52108483	27/12/2019 11:35	Comunicações	Comunicações
52108525	27/12/2019 11:35	ATO DECLARATÓRIO	Outros documentos
52108527	27/12/2019 11:38	Comunicações	Comunicações
52109229	27/12/2019 11:38	declaração IML	Outros documentos
52109232	27/12/2019 12:14	Comunicações	Comunicações
52109237	27/12/2019 12:14	PRONTUÁRIO-min	Outros documentos
52109242	27/12/2019 12:17	Comunicações	Comunicações
52109243	27/12/2019 12:17	CONDUTA MÉDICA	Outros documentos
52109244	27/12/2019 12:21	Comunicações	Comunicações
52109245	27/12/2019 12:21	DOCUMENTOS-min	Outros documentos
53013283	04/02/2020 14:48	Decisão	Decisão
53112561	12/02/2020 10:36	Despacho	Despacho

54002 395	06/03/2020 09:50	Citação	Citação
--------------	------------------	-------------------------	---------

PROCURAÇÃO



AD JUDICIA

Pelo presente Instrumento Particular de Procuração, a outorgante abaixo qualificado atribui aos outorgados, também qualificados, os poderes adiante transcritos:

OUTORGANTE: **Carlos Rogério Pereira**, brasileiro(a), divorciado, pedreiro, portadora do CPF de nº 023.497.324-28, residente e domiciliado na Rua: Nilo Peçanha, nº 2144, AP 10, Barrocas, Mossoró-RN, CEP: 59621-180.

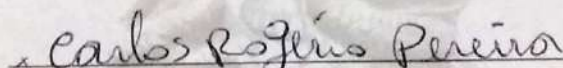
OUTORGADOS: **HÉLIA CRISTINA DE QUEIROZ CHAVES**, brasileira, convivente em união estável, advogada, inscrita na OAB/RN sob o nº **8.515**; com endereço profissional, para intimações localizadas na Av. Alberto Maranhão, nº 2377 – Centro Empresarial Marly Rebouças, sala 107, Centro, Mossoró-RN.

Graciete Lira de Mesquita, brasileira, casada, advogada, inscrita na OAB/RN sob o nº 14.982, com endereço profissional, para intimações localizada na Av. Alberto Maranhão, nº 2377,- Centro Empresarial Marly Rebouças, sala 108, Centro, Mossoró-RN.

PODERES:

Confere aos outorgados amplos poderes para o foro em geral, com a cláusula *ad – judicial*, perante a justiça competente, em face do (a) presente **AÇÃO**, usando os recursos legais que se fizerem necessários e/ou oportunos, até decisão final. Conferindo-lhes, ainda, poderes especiais para receber citação, confessar, reconhecer a procedência do pedido, transigir, desistir, renunciar ao direito sobre que se funda a ação, firmar compromissos ou acordos, prestar declarações, receber e dar quitação, notificação e intimação, substabelecer o presente, com ou sem reserva de poderes, e ainda praticar todos os atos necessários ao bom e fiel desempenho deste mandato, dando tudo por bom, firme e valioso.

Mossoró-RN, 02 de outubro de 2019


OUTORGANTE

Av. Alberto Maranhão, nº 2377, sala 107, Centro Empresarial Marly Rebouças (em frente ao Ginásio de Esportes Pedro Ciarlini). Contato: (84) 9178-9605 (hélia) / E –mail: heliachaves@uol.com. br 1

Scanned by CamScanner



DECLARAÇÃO DE POBREZA



DECLARAÇÃO DE POBREZA

Sr(a) Carlos Rogério Pereira
brasileiro(a), portador(a) do RG nº 002.788.143 e do CPF nº 022.492.324-25 residente e domiciliado(a) na Rua: Luzamira Maria da Conceição, 801, Barrocas, Mossoró-RN
DECLARA nos termos da Lei nº 1060/50, que é pobre na forma desta lei, não dispondo de meios que possibilitem a custear as despesas processuais na AÇÃO DE COBRANÇA, perante a Comarca de Mossoró-RN. Afirmo ainda, ser sabedor(a) das sanções penais, caso a presente não retrate a verdade dos fatos. Nada mais digno de registro, assina o presente.

Mossoró /RN, 05/10/2015.

x Carlos Rogério Pereira
DECLARANTE



COMPROVANTE ADM





(/)

Buscar no site

Seguro DPVAT

Acompanhe o Processo de Indenização

Nova Consulta

Todos os documentos apresentados, não importando o ponto de atendimento escolhido para a entrega, são encaminhados a uma seguradora autorizada do Seguro DPVAT. Após ser analisada, a documentação é disponibilizada para parecer final da Seguradora Líder-DPVAT, administradora do Seguro DPVAT. O prazo para emissão do parecer final é de 30 dias a contar da data de entrega da documentação completa.

SINISTRO 3160039105 - Resultado de consulta por beneficiário**VÍTIMA** CARLOS ROGERIO PEREIRA**COBERTURA** Invalidez**SEGURADORA RESPONSÁVEL PELO SINISTRO** ARUANA SEGUROS S/A**BENEFICIÁRIO** CARLOS ROGERIO PEREIRA**CPF/CNPJ:** 02349732428**Posição em 26-05-2017 16:34:57**

Pedido de indenização negado conforme carta enviada ao beneficiário.

ACESSIBILIDADE



(/Pages/Acessibilidade.aspx)



(/Pages/Atalhos-de-Teclado.aspx)

A A A

COMO PEDIR INDENIZAÇÃO

Documentos Despesas Médicas (/Pages/Documentacao-Despesas-Medicas.aspx)

Documentos Invalidez Permanente (/Pages/Documentacao-Invalidez-Permanente.aspx)

Documento Morte (/Pages/Documentacao-Morte.aspx)

Dicas Indispensáveis (/Pages/Dicas-Indispensaveis-Para-Pedir-a-Indenizacao.aspx)

PAGUE SEGURO

Como Pagar (/Pages/Pague-Seguro.aspx)

Consulta a Pagamentos Efetuados (/Pages/Consulta-a-Pagamentos-Efetuados.aspx)

Informações Gerais (/Pages/Informacoes-Gerais-Sobre-o-Pagamento.aspx)

ACOMPANHE O PROCESSO



Clique aqui para saber sobre o andamento do seu pedido de indenização. (/Pages/Acompanhe-o-Processo-de-Indenizacao.aspx)



BO





 ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE SECRETARIA DE ESTADO DA DEFESA SOCIAL POLÍCIA MILITAR COMANDO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA ESTADUAL 2º DISTRITO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA ESTADUAL SETOR DE TRÁFEGO	 VISTO 17 DEZ 2015 Júlio César de Oliveira Soares MOTORISTA - 194.177-1
--	--

DECLARAÇÃO Nº. 12.161-2015

1) REFERÊNCIA: Presença física de Carlos Rogério Pereira e Kalliane Azevedo do Nascimento (Declarantes).

LOCAL DO SINISTRO: Rua Av Alberto Maranhão, (próximo a Subestação) Bairro Barrocas, Mossoró/RN.

2) VÍTIMAS: DATA: 26/07/2015; HORA: 17h40min.

CONDUCTOR: Carlos Rogério Pereira; CPF: 023.497.324-28 RG: 1595248.

3) PASSAGEIRA: Kalliane Azevedo do Nascimento; CPF: 097.320.834-17 RG: 2788143.

MARCA: HONDA MODELO: CG 150 TITAN ES PLACA: OKA8440 ANO: 2013 COR: PRETA

4) AGENTE RESPONSÁVEL: CHASSI: 9C21650ER505056 PROPRIETÁRIO: Antonio Renalison Felipe França.

1º Tenente PM, RG: 16.178, JÚLIO CESAR DE OLIVEIRA SOARES, Matrícula: 194.177-1.

Declaro para os devidos fins que se fizeram necessários que o senhor Carlos Rogério Pereira e o senhor Kalliane Azevedo do Nascimento acima qualificados no dia 15/12/2015 às 08h40min compareceram à sede do 2ºDPRE onde os mesmos alegam que no dia 26/07/2015 aproximadamente 17h40min vinham no citado veículo no endereço acima mencionado quando perder o controle ao tentar desviar de um buraco, vindo a cair ao solo, com o impacto sofreram várias lesões e foram conduzidos ao hospital por um popular.

Obs.: As informações do documento têm como base a declaração das vítimas acima mencionadas (declarantes), e os prontuários de atendimento hospitalar número 2526313 e 2526314 emitidos pelo HOSPITAL REGIONAL TARCÍSIO DE VASCONCELOS MAIA.

Informamos que:

a) que o referido documento não substitui o Boletim de Ocorrência de Trânsito; b) a confecção deste documento atende a previsão do direito a petição do art.5, inciso XXXIV, alínea "a", da constituição Federal. Os agentes de trânsito não estavam no momento da ocorrência;

c) Este documento apenas narra os fatos trazidos pelo declarante; d) As informações contidas na narrativa do declarante são de sua inteira responsabilidade, sob pena de responder pelos crimes dos Artigos 299 (Falsidade Ideológica) e 0 342 (Falso testemunho). Fazer afirmação falsa, ou negar, ou calar a verdade como testemunha, perito, contador, tradutor ou interpretar em processo judicial, ou administrativo, inquérito policial, ou em juízo arbitral do Código Penal Brasileiro.

Mossoró/RN 15 de Dezembro de 2015

Carlos Rogério Pereira
Carlos Rogério Pereira (conductor)

Kalliane Azevedo do Nascimento
Kalliane Azevedo do Nascimento (passageira)

1º Ten PM Júlio César - Chefe do Setor de Tráfego/2º DPRE

ATO DECLARATÓRIO





ATO DECLARATÓRIO PARA FINS CÍVEIS COM BASE
NO DECRETO Nº 6.932/2009 ART 3º IN VERBIS



DECLARAÇÃO

08.00109/2015

Referência	
Local do Sinistro: Avenida Alberto Maranhão (prox. a subestação)	
Data: 26/07/2015	Hora: 17h40min
Vítima(s)	
Condutor: Carlos Rogério Pereira	
CPF: 023.497.324-28	RG: 001.595.248
Passageiro: Katiane Azevedo do Nascimento	
CPF: 097.320.834-17	RG: 002.788.143
Características do Veículo (V-1):	
Marca: HONDA Modelo: CG 150 TITAN ES Chassi: 9CKC1650ER505056	
Placa: OKA8440	Ano: 2013 Cor: PRETA
Proprietário: Antonio Renalison Felipe França	

Conteúdo da Declaração
<p>Declaro para os devidos fins que se fizerem necessários que o Senhor (a) Carlos Rogério Pereira acima qualificado, declara que no dia 26/07/2015, aproximadamente 17h40min vinha no citado veículo no endereço acima mencionado quando ao tentar livrar-se de um buraco colidiu perdeu o controle e veio a cair ao solo, com o impacto sofreu várias lesões e foi conduzido por populares para o Hospital Regional Tarcísio de Vasconcelos Maia conforme protocolo de atendimento.</p>

Declaro com base no decreto nº 6.932/2009 Art. 3º in verbis:

"Quando não for possível a obtenção de atestados, certidões e documentos comprobatórios de regularidade de situação diretamente do órgão ou entidade expedidora, os fatos poderão ser comprovados mediante declaração escrita e assinada pelo cidadão, que, em caso de declaração falsa, ficará sujeito às sanções administrativas, cíveis e penais aplicáveis".

"As informações contidas na narrativa do declarante são de sua inteira responsabilidade, sob pena de responder pelo crime do Artigo 299 do Código Penal Brasileiro (Falsidade Ideológica)".

VISTO

28 AGO 2015

Assinatura Comunicante	Data
x Carlos Rogério Pereira	21/08/2015



DECLARAÇÃO IML



DECLARAÇÃO DE AUSÊNCIA DE LAUDO DO IML

Eu, Carlos Rogério Pereira, portador da carteira de identidade nº 001 595 248 e inscrito no CPF/MF sob o nº 023 497 324-28 residente e domiciliado na Rua - Luzmária Maria da Conceição Nº 801 Cidade Mossoró Estado RN, declaro, sob as penas da lei, que estou impossibilitado de apresentar o laudo do Instituto Médico Legal - IML para os fins de requerimento de indenização do Seguro DPVAT (Lei nº 6.194/74), uma vez que:

() Não há estabelecimento do IML no município da minha residência; ou

(X) O estabelecimento do IML localizado no Município em que resido não realiza perícias para fins de prova do Seguro DPVAT; ou

() O estabelecimento do IML localizado no Município em que resido realiza perícias com prazo superior a 90 (noventa) dias do respectivo pedido;

Com o objetivo de permitir o exame do meu pedido de indenização do Seguro DPVAT, para a cobertura de invalidez permanente causada diretamente por veículo automotor de via terrestre, solicito que esta declaração permita o prosseguimento a análise da minha documentação sem a apresentação do laudo do Instituto Médico Legal-IML, concordando, desde já, em me submeter à perícia médica às custas da Seguradora Líder DPVAT para a correta avaliação da existência e aferição do grau da lesão, ou lesões, para os fins do §1º do art. 3º da Lei nº 6.194/74.

Declaro ainda estar ciente de que a autorização para a realização dessa perícia não significa prévia concordância com a futura avaliação médica ou renúncia ao direito de impugná-la, caso discorde do seu conteúdo.

X Carlos Rogério Pereira

Assinatura do declarante
conforme documento de identificação

Mossoró RN 13/10/15

Local e data



DOCUMENTO MÉDICO





Governo do Estado do Rio Grande do Norte
Secretaria de Estado da Saúde Pública
HOSPITAL REGIONAL TARCÍSIO DE VASCONCELOS MAIA
PRONTO SOCORRO VINGT-ROSA NETO

REGISTRO N°

9.526.314

PRONTUÁRIO DE ATENDIMENTO		38A
Nome:	Carlos Roberto Pereira	D. N. / /
Profissão:		Idade:
Endereço: Rua:	Rua: Rua da Conceição	Cartão SUS nº
Cidade:	Jardim	Bairro:
Filiação: Mãe:		U.F. Fone:
		Pai:

Data: 26.07.15

Hora: 18:10

A.C.C.R.:

1 - QUEIXA PRINCIPAL (Q.P) - HISTÓRIA DA DOENÇA ATUAL (H.D.A.)

Refere queixas de enjôo
sem náuseas, vômitos,
dores de cabeça, febre, mal-estar
e perda de apetite.

2 - EXAME FÍSICO

Ativo, consciente, bem-estar.
Auscultação sem alterações significativas
MI e pulmões.

3 - HIPÓTESE(S) DIAGNÓSTICA(S)

Enjôo
Auscultação

HOSPITAL REGIONAL TARCÍSIO MAIA
ESTÁ CONFORME O ORIGINAL
AME MOSSORÓ 27/07/2015
BIA
SAME / ARQUIVO



CONDITA MÉDICA



DOCUMENTOS



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DAS CIDADES
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO
CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO

NOME
CARLOS ROGERIO PEREIRA

DOC. IDENTIDADE / OUT. EMISSÃO DE
001595248 SSP RJ

SEX
023 497.324-28 DATA NASCIMENTO
09/06/1977

PRONÚNCIA
MARIA JOSE PEREIRA

PERMISSÃO
ACC CATIA

Nº REGISTRO
05039548663 VALIDADE
04/08/2013 10/12/2010

EXERCE ATIV. REMUNERADA:

Carlos Rogério Pereira

LOCAL
MOSSORO, RN DATA EMISSÃO
11/01/2012

06934000145
EN701480267

DETRAN - RIO GRANDE DO NORTE
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO

VÁLIDA EM TODOS
OS TERRITÓRIOS NACIONAIS
422267048

PROIBIDA PARTICIPAÇÃO
422267048





CONTRAN



SEGURO OBRIGATÓRIO DE DANOS PESSOAIS CAUSADOS POR VEÍCULOS AUTOMOTORES DE VIA TERRESTRE, OU POR SUA CARGA, A PESSOAS TRANSPORTADAS OU NÃO - SEGURO DPVAT

RN Nº 011596201082 BILHETE DE SEGURO DPVAT

ESTE É O SEU BILHETE DO SEGURO DPVAT
PARA MAIS INFORMAÇÕES, LEIA NO VERSO
AS CONDIÇÕES GERAIS DE COBERTURA

www.dpvatsegurodotransito.com.br

SAC DPVAT 0800 022 1204

EXERCÍCIO		DATA EMISSÃO
VIA	CPF / CNPJ	PLACA
RENAVAM	MARCA / MODELO	
1628506	HONDA/CG 150 TITAN E&D	
ANO FAB	CAL. S&B	Nº CHASSI
2013	3	9C2XC1650ER606056
PRÊMIO TARIFÁRIO		
FNS (R\$)	DENATRAM (R\$)	CUSTO DO SEGURO (R\$)
CUSTO DO BILHETE (R\$)	IDF (R\$)	TOTAL DO PRÊMIO DO SEGURO (R\$)
PAGAMENTO		DATA DE QUITAÇÃO
<input type="checkbox"/> COTA ÚNICA	<input type="checkbox"/> PARCELADO	

SEGURADORA LÍDER - DPVAT

CNPJ 08.348.608/0001-04

www.seguradoralider.com.br

ABR / 2014





Companhia Energética de Rio Grande do Norte
Rua Manoel, 160 - Balço, Natal, Rio Grande do Norte - CEP 59025-250
CNPJ 08.324.198/0001-81 | Ins. Est. 20555199-0 | www.conern.com.br

DADOS DO CLIENTE:
RONALDO FELIX DOS SANTOS

CPF: 087 493 974-78

61 RESIDENCIAL
RESIDENCIAL
Monótipo

DA UNIDADE CONSUMIDORA
RUA LUZANIRA MARIA DA CONCEIÇÃO
801

BARROCAS/ÁREA URBANA
MOSSORÓ RN
59621-445

CONTA CONTRATO	0856446840	NESSIANO	04/2015
DATA DE VENCIMENTO	00/01/2015	DATA PREVISTA PROXIMA LETURA	15/05/2015
TOTAL A PAGAR (R\$)			91,64

Nº DA NOTA FISCAL	SERIE	EMIÇÃO
000769029	UNICA	14/04/2015
APRESENTAÇÃO	Nº DO CLIENTE	Nº DA INSTALAÇÃO
14/04/2016	3000935128	505671

DESCRIÇÃO DA OBRIGAÇÃO	QUANTIDADE	PREÇO (R\$)	VALOR (R\$)
Consumo Alvo(kWh)	181,0000000	0,46019268	72,40
Acrescimo Bandeira VERMELHA			11,35
Contribuição Iluminação Pública			7,89

TOTAL DA FATURA:

91.64

Nº DO MEDIDOR	TIPO DA FUNÇÃO	ANTERIOR		ATUAL		Nº DE DIAS	CONSTANTE	AJUSTE	CONSUMO (M³)
		DATA	LEITURA	DATA	LEITURA				
212025116	CAT	16/03/2015	4390,00	14/04/2015	4581,00	21	1,50000		161,00

[illegible]

8587 A02F C4F8 7642 BE7E 489C 1A04 5A0E

[illegible]

ATENÇÃO! O COSEB UNIFORMA QUE VOCÊ POSSUI CONTÁ EM LIBERTY

Comunicato a tutti i possessori di questo giornale da parte della Casa di					
Periodo	Edizione	Prezzo	Indirizzo	Debitore	Importo
1990/91	14.000	198,00			

As condições gerais de funcionamento das Unidades ANEL 414/2010, famílias, produtos, serviços prestados e tributos se encontram disponíveis, para consulta, em nossas Unidades de atendimento e no site www.casem.com.br





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

COMARCA DE MOSSORÓ

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA CÍVEL

Alameda das Carinaubeiras, 355, 3º andar, Costa e Silva - 59625-410 - Mossoró/RN - Fone: 84-3315-7181

0822890-12.2019.8.20.5106

DECISÃO

Vistos etc.

Considerando o que estabelece o art. 2º, I, da Resolução nº 29/2017-TJ, de 09 de agosto de 2017, que dispõe sobre a alteração de competência da 6ª Vara Cível da Comarca de Mossoró, bem como, a Resolução 26/2018-TJ, de 19.09.2018, que alterou a competência da 5ª Vara Cível, para, conjuntamente, processarem e julgarem os feitos relacionados ao Seguro de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre (DPVAT), remetam-se os presentes autos a uma das varas especializadas desta Comarca.

Publique-se. Intimem-se.

Mossoró/RN, 4 de fevereiro de 2020

Carla Virgínia Portela da Silva Araújo

Juíza de Direito





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
6ª Vara Cível da Comarca de Mossoró
Alameda das Carinaubeiras, 355, Presidente Costa e Silva, MOSSORÓ - RN - CEP: 59625-410

[Seguro obrigatório - DPVAT, Acidente de Trânsito]

PROCESSO Nº 0822890-12.2019.8.20.5106

DESPACHO

Vistos etc.

Considerando a presunção relativa de insuficiência financeira formulada pela pessoa natural (art. 99, § 3º, CPC/15), e tendo em vista que tal afirmação não é incompatível com os fatos narrados e provas produzidas nos autos, concedo à parte autora o benefício da gratuidade judiciária.

À luz do princípio da celeridade e economia processual, incumbindo-nos adotar providências para que o processo tramite com mais agilidade, evitando-se a realização de atos processuais inúteis e improdutivos, bem ainda consoante o que preconiza o Enunciado nº 35 da ENFAM, “além das situações em que a flexibilização do procedimento é autorizada pelo art. 139, VI do CPC/2015, pode o juiz, de ofício, preservada a previsibilidade do rito, adaptá-lo às especificidades da causa, observadas as garantias fundamentais do processo”, determino a citação da parte ré, com as advertências legais, de todos os termos da inicial e documentos que ora a acompanham, a fim de que, no prazo de 15(quinze) dias, querendo, apresente resposta, por meio de advogado, sob pena de serem considerados verdadeiros os fatos aduzidos na inicial, devendo, acaso pretenda a realização de perícia técnica, apresentar quesitos, bem ainda indicar o assistente.

Apresentada tempestivamente contestação, intime-se a parte autora para, com relação a esta e no prazo de 15 dias, sob pena de preclusão, dizer sobre as preliminares/documentos que eventualmente tenham sido levantadas/juntados à resposta, bem ainda, acaso requerida a realização de perícia, apresentar, caso ainda não o tenha feito, quesitos e assistente técnico.

Requerida a realização de perícia na contestação, dou por deferida(CPC, art. 381,II) a produção da referida prova, devendo os presentes autos serem encaminhados ao CEJUSC, através do fluxo “PJE CEJUSC DPVAT”, para os colimados fins.

Perfectibilizada a perícia, apresentado, na ocasião, o laudo pelo perito, devem ser, de pronto, intimadas as partes para, no prazo comum de 15(quinze) dias, manifestarem-se sobre o laudo, sob pena de preclusão, bem ainda, querendo, apresentarem acordo a ser homologado por este juízo ou manifestarem, expressamente, desinteresse na conciliação.

Manifestando as partes interesse na autocomposição, designe-se audiência de conciliação.



Ao revés, manifestando quaisquer das partes expressamente desinteresse em conciliar devem os presentes serem remetidos à unidade jurisdicional de origem.

Havendo interesse de pessoa incapaz(CPC, art. 178, II), dê-se vista ao Representante do Ministério Público, pelo prazo de 05(cinco) dias.

Adotadas as supraexpostas providências, voltem-nos conclusos.

P. I. Cumpra-se.

Mossoró/RN, 12 de fevereiro de 2020.

DANIELA ROSADO DO AMARAL DUARTE

Juíza de Direito





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
6ª Vara Cível da Comarca de Mossoró
Alameda das Carinaubeiras, 355, Presidente Costa e Silva, MOSSORÓ - RN - CEP: 59625-410

[Seguro obrigatório - DPVAT, Acidente de Trânsito]

PROCESSO Nº 0822890-12.2019.8.20.5106

DESPACHO

Vistos etc.

Considerando a presunção relativa de insuficiência financeira formulada pela pessoa natural (art. 99, § 3º, CPC/15), e tendo em vista que tal afirmação não é incompatível com os fatos narrados e provas produzidas nos autos, concedo à parte autora o benefício da gratuidade judiciária.

À luz do princípio da celeridade e economia processual, incumbindo-nos adotar providências para que o processo tramite com mais agilidade, evitando-se a realização de atos processuais inúteis e improdutivos, bem ainda consoante o que preconiza o Enunciado nº 35 da ENFAM, “além das situações em que a flexibilização do procedimento é autorizada pelo art. 139, VI do CPC/2015, pode o juiz, de ofício, preservada a previsibilidade do rito, adaptá-lo às especificidades da causa, observadas as garantias fundamentais do processo”, determino a citação da parte ré, com as advertências legais, de todos os termos da inicial e documentos que ora a acompanham, a fim de que, no prazo de 15(quinze) dias, querendo, apresente resposta, por meio de advogado, sob pena de serem considerados verdadeiros os fatos aduzidos na inicial, devendo, acaso pretenda a realização de perícia técnica, apresentar quesitos, bem ainda indicar o assistente.

Apresentada tempestivamente contestação, intime-se a parte autora para, com relação a esta e no prazo de 15 dias, sob pena de preclusão, dizer sobre as preliminares/documentos que eventualmente tenham sido levantadas/juntados à resposta, bem ainda, acaso requerida a realização de perícia, apresentar, caso ainda não o tenha feito, quesitos e assistente técnico.

Requerida a realização de perícia na contestação, dou por deferida(CPC, art. 381,II) a produção da referida prova, devendo os presentes autos serem encaminhados ao CEJUSC, através do fluxo “PJE CEJUSC DPVAT”, para os colimados fins.

Perfectibilizada a perícia, apresentado, na ocasião, o laudo pelo perito, devem ser, de pronto, intimadas as partes para, no prazo comum de 15(quinze) dias, manifestarem-se sobre o laudo, sob pena de preclusão, bem ainda, querendo, apresentarem acordo a ser homologado por este juízo ou manifestarem, expressamente, desinteresse na conciliação.

Manifestando as partes interesse na autocomposição, designe-se audiência de conciliação.



Ao revés, manifestando quaisquer das partes expressamente desinteresse em conciliar devem os presentes serem remetidos à unidade jurisdicional de origem.

Havendo interesse de pessoa incapaz(CPC, art. 178, II), dê-se vista ao Representante do Ministério Público, pelo prazo de 05(cinco) dias.

Adotadas as supraexpostas providências, voltem-nos conclusos.

P. I. Cumpra-se.

Mossoró/RN, 12 de fevereiro de 2020.

DANIELA ROSADO DO AMARAL DUARTE

Juíza de Direito

